

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRACICABA

Aos dezenove dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às dezessete horas e cinquenta e nove minutos, em formato online, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação de Piracicaba, sob a condução do presidente do Conselho Municipal de Educação, André Calazans, com a finalidade de apreciar informações relativas às contas da educação referentes ao exercício de 2025 e dar prosseguimento a discussões relacionadas ao acompanhamento do Plano Municipal de Educação. Registrou-se a participação dos membros e convidados constantes do registro da plataforma virtual, com destaque para a presença de Rosana Correia de Moura, superintendente administrativa e financeira da Secretaria Municipal de Educação, convidada para prestar esclarecimentos técnicos ao colegiado.

Na abertura dos trabalhos, o presidente informou que a pauta principal da reunião consistia na apresentação dos dados referentes à aplicação de recursos da educação no exercício de 2025, com ênfase no cômputo do mínimo constitucional de 25% previsto no artigo 212 da Constituição Federal e nas despesas vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino. Em seguida, Rosana Correia de Moura esclareceu que atua na Secretaria Municipal de Educação, e não na Secretaria de Finanças, e informou ter sido procurada para compreender quais documentos vinham sendo encaminhados ao Conselho para subsidiar a emissão de parecer sobre as contas. Relatou que, ao examinar os relatórios tradicionalmente remetidos ao colegiado, identificou a necessidade de construir formas mais claras de apresentação das informações orçamentárias e financeiras, comprometendo-se a aperfeiçoar os materiais futuramente e a buscar maior antecedência no conhecimento das pautas do Conselho para melhor organização dos dados.

Na sequência, Rosana apresentou quadro sintético das despesas da educação no ano de 2025, esclarecendo a diferença entre valores empenhados e valores liquidados, bem como a incidência de despesas que, embora integrem o orçamento educacional, não compõem o cômputo dos 25% constitucionais. Explicou a composição de despesas com pessoal, alimentação escolar, transporte, serviços, obras, formação e outras rubricas, indicando também as diferentes fontes de financiamento, entre elas recursos próprios, FUNDEB, convênios e transferências específicas. Informou que o total empenhado na educação no exercício foi de aproximadamente seiscentos e sessenta e dois milhões de reais e que, para fins de apuração do mínimo constitucional, a metodologia adotada segue os parâmetros utilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, inclusive no tratamento da contribuição municipal ao FUNDEB e da exclusão dos rendimentos de aplicação financeira. Esclareceu ainda que, segundo os dados apresentados, o Município alcançou o percentual mínimo constitucional, chegando ao índice final de 25,18% após a consideração dos restos a pagar de despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino liquidados e pagos até 31 de janeiro de 2026, observando-se a sistemática admitida pelo Tribunal de Contas. Também foi esclarecido que alertas parciais emitidos ao longo do exercício não substituem a análise conclusiva do órgão de controle externo, a quem caberá o parecer final sobre as contas.

Aberto o espaço para manifestações, o conselheiro Eduardo Fernando Francini destacou que a atuação do Conselho não deve se limitar à verificação quantitativa do atingimento do percentual mínimo, mas deve igualmente observar a aplicação dos recursos em conformidade com o Plano Municipal de Educação, conforme atribuição legal do colegiado. Nessa linha, questionou a inexistência, nos documentos até então acessados pela subcomissão de finanças, de uma matriz ou demonstrativo que correlacionasse metas do Plano Municipal de Educação, ações orçamentárias, fontes de recursos e despesas executadas. Em resposta, Rosana reconheceu a relevância da demanda, ponderou que nem todas as metas se apresentam de forma diretamente financeira e manifestou disposição para colaborar, junto ao Conselho, na construção de instrumentos que permitam vincular, de modo mais claro, orçamento, execução e metas do plano. O conselheiro registrou, então, o pedido no sentido de que essa documentação venha a ser organizada de forma mais sistemática. A conselheira Elizabeth Leme Castilho Silva, dando continuidade ao debate, solicitou esclarecimentos sobre os critérios de distribuição de recursos entre diferentes áreas, como transporte, formação e materiais didáticos. Em resposta, Rosana explicou que a alocação

orçamentária decorre do processo de elaboração da lei orçamentária anual, em articulação com o planejamento governamental, com a estimativa de receitas disponíveis e com a necessidade de atendimento das despesas obrigatórias e prioritárias, admitindo-se ajustes e realocações conforme necessidades identificadas e possibilidades orçamentárias. O conselheiro Odair Moral destacou a importância da apresentação técnica realizada, ressaltando que o encaminhamento de documentos mais claros e sintéticos favorece a transparência e qualifica a análise do colegiado.

Ainda durante os debates, o conselheiro Jackson Coan, recém-integrado ao colegiado, apresentou questionamento a respeito do alcance da função fiscalizadora do Conselho diante de demandas recebidas da comunidade escolar relacionadas a obras e reformas em unidade de ensino, mencionando preocupação com informações sobre orçamento e projeto da intervenção. Em resposta, ficou indicado pelo presidente que o Conselho pode formalizar solicitação de informações por meio de ofício, com questionamentos acerca do orçamento, do andamento da obra, da empresa responsável e dos elementos técnicos pertinentes, tema que seria retomado pelo colegiado após a explanação da convidada. Também foi esclarecido que os empenhos e documentos pertinentes podem ser consultados pelo Conselho mediante solicitação à Secretaria, inclusive por meio do sistema utilizado pela administração, e que se buscaria aperfeiçoar os relatórios encaminhados ao colegiado, inclusive com a substituição de modelos trimestrais isolados por demonstrativos mais confiáveis e acumulados.

Concluída a participação de Rosana Correia de Moura, o presidente agradeceu sua presença e a qualidade dos esclarecimentos prestados, registrando a importância da experiência técnica apresentada e a expectativa de aprimoramento dos documentos a serem encaminhados ao Conselho ao longo do ano. Na sequência, foram feitas referências aos novos integrantes do colegiado. Registrou-se a apresentação de Letícia Cisotto, identificada na reunião como representante suplente das escolas de educação infantil particulares, que agradeceu a acolhida e manifestou disposição para contribuir com os trabalhos do Conselho. Também ficou registrado que Flávia T. Bortoletto, indicada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, precisou se retirar da reunião antes de se apresentar formalmente, e que Jackson Coan teve sua conexão interrompida, não tendo retornado naquele momento para a continuidade da apresentação pessoal.

Em seguida, o colegiado passou a tratar do Plano Municipal de Educação, considerando a necessidade de avaliação do plano vigente antes da elaboração de nova proposta. O presidente retomou a preocupação apresentada pelo conselheiro Eduardo Fernando Francini quanto à vinculação entre orçamento e metas do plano, e compartilhou documento previamente organizado no âmbito de subcomissão do Conselho, contendo metas nacionais e municipais e marcações de prioridades para análise. O conselheiro Eduardo esclareceu que tal documento havia sido elaborado por subcomissão da qual participavam ele, Odair Moral e Aline, com destaque, em verde, para metas consideradas prioritárias no campo da educação básica, e mencionou também a existência de outro material produzido anteriormente com divisão de comissões e cronograma de trabalho, entendendo ser pertinente retomar, sempre que possível, o que já havia sido organizado pelo colegiado. No debate que se seguiu, foi discutida a possibilidade de estruturar a análise do plano por agrupamento temático de metas, com participação do Conselho, da Secretaria Municipal de Educação, da Diretoria de Ensino e de outros atores que pudessem contribuir metodologicamente para a avaliação do plano em vigor.

Como encaminhamento, o presidente propôs a realização de encontro específico no dia 8 de abril de 2026, em horário ainda a ser confirmado junto à Secretaria, para apresentação da metodologia de análise, organização de grupos de trabalho e definição dos procedimentos para avaliação do Plano Municipal de Educação de 2016, com base em dados, indicadores e documentos a serem previamente compartilhados. Ficou registrado, ainda, que o material já disponibilizado deveria ser retomado pelos conselheiros, a fim de que todos chegassem ao encontro com conhecimento prévio do documento e melhores condições de contribuir para a organização da avaliação. Ao final, o presidente agradeceu o envio do link e dos materiais compartilhados e reiterou a importância do envolvimento coletivo no processo de análise do plano.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual eu, Eduardo Fernando Francini, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos presentes.